



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026

Processo Administrativo n.º  
2026/102050

Data da fase de lances: 11/05/ 2026

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
<https://licitanet.com.br/>.

OBJETO

Aquisição de material escolar para a composição de kits que serão entregues como premiação

Valor Total Estimado:

Lote I: R\$ 7.293,96 (sete mil, duzentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos)

Lote II: R\$ 3.027,30 (três mil, vinte e sete reais e trinta centavos)

VALOR ESTIMADO DE TODOS OS LOTES: R\$ 10.321,26 (dez mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos)

DISPENSA	AQUISIÇÃO IMEDIATA	EXCLUSIVIDADE ME/EPP	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
ART. 75, II DA LEI 14.133/2021.	SIM/NÃO	SIM	MENOR PREÇO POR LOTE
INSTRUMENTO CONTRATUAL	SRP	EXIGE AMOSTRA?	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONTRATO	NÃO	SIM	ANEXO XX

ESCLARECIMENTOS

Até o dia 08.05.2026 por meio do sistema eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

MENSAGENS AOS LICITANTES

1. Os fornecedores estarão sujeitos às sanções dispostas no item 7.3 pelo descumprimento



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

**DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES**

das exigências dispostas neste aviso.

2. A assinatura dos documentos será preferencialmente por meio de certificado digital.

**Sumário**

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA
4. DA EXCLUSIVIDADE ME/EPP
5. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
6. DA FASE DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11. DA CONTRATAÇÃO
12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**ANEXOS:**

ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

ANEXO II – Declarações

ANEXO III – Modelo de Proposta

ANEXO IV- Minuta do Contrato

ANEXO V – TR



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

---

## AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026

**Processo Administrativo nº 2026/102050**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**, torna público, para conhecimento dos interessados, por meio do(a) Departamento Central de Aquisições – DCA, que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Ato Normativo TJ/AL nº 17/2022 e demais legislação aplicável.

Data e horário da Fase de Lances: 11/05/2026, das 8 às 14h.

Link: <https://licitanet.com.br/>

### 1 . OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1 Trata-se da contratação para **aquisição de material escolar para a composição de kits que serão entregues como premiação do concurso de redação do PJCE**, por dispensa de licitação fundamentada no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e no Termo de Referência (Anexo II) e demais anexos.
- 1.2 Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio **www.licitanet.com.br** e as especificações técnicas constantes deste termo, prevalecerão estas últimas.

- 
- 1.3 A contratação é pela adjudicação pelo valor por Lote, conforme tabela de especificação constante no subitem 1.1 do Termo de Referência, Anexo II deste instrumento.
- 1.4 O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.5 Não será disponibilizada reserva legal de 25% para pequenas e médias empresas em virtude da natureza do serviço/itens que serão fornecidos ser incompatível com o fracionamento do objeto sem que ocorram riscos à economia de escala e aumento da demanda de trabalho da Administração com a possibilidade de assinatura de diversos contratos para um mesmo objeto.

## 2 . DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 Não se aplica à contratação.

## 3 . PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 3.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema Licitanet, disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.
- 3.1.1 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no referido portal, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 3.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 3.2 **Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:**
- 3.2.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 3.2.2 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



3.2.3 Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4 O impedimento de que trata a alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

- 3.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “a” e “b” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da dispensa ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 3.7 O disposto nas alíneas “a” e “b” não impede a dispensa ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.8 Em dispensas e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9 A vedação de que trata o item 3.3, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

#### 4 . DA EXCLUSIVIDADE ME/EPP

- 4.1 Este Edital será de exclusividade para Microempresas(MEs) e Empresas de Pequeno Porte(EPP) devido à natureza do objeto licitado, assim como o valor estimado da licitação, conforme consta nos Arts. 48 da LCP 123/06 c/c Art. 4º da Lei 14.133/21.

#### 5 . DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 5.1 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônica <https://licitanet.com.br>, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca

---

**e o modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento;**

- 5.1.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o fornecedor;
- 5.1.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 5.1.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.2 Até a abertura da fase de lances, o fornecedor poderá retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.
- 5.3 O fornecedor deverá lançar no campo valor unitário o valor global proposto por se tratar de aquisição de todos os itens do grupo;
- 5.4 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do sistema, as seguintes declarações:
  - 5.4.1 a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
  - 5.4.2 o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;
  - 5.4.3 o cumprimento do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;
  - 5.4.4 a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
  - 5.4.5 o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991;
  - 5.4.6 plena responsabilidade pelas transações que foram efetuadas no sistema;
  - 5.4.7 pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação constantes do procedimento.

## **6 . DA FASE DE LANCES**

- 6.1 A partir das 8h da data estabelecida neste aviso, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e

- 
- sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste instrumento;
- 6.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;
- 6.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.
- 6.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 6.4 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste aviso;
- 6.5 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 5,00( cinco reais);
- 6.6 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 6.7 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;
- 6.8 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor;
- 6.9 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação;
- 6.9.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 7. ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA E JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 7.1 Encerrada a fase de lances, o fornecedor classificado em primeiro lugar será convocado por meio do sistema, para que envie sua proposta conforme modelo constante no **Anexo III**, no prazo máximo de 2 (duas) horas contadas da solicitação, contendo:
- 7.1.1 **Prazo de entrega:** O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de até 30 dias corridos contados do recebimento da ordem de fornecimento

emitida pelo gestor do contrato, conforme item 9 do Termo de Referência – Anexo V ao Aviso de Dispensa Eletrônica.

7.1.2 **Local de entrega:** Os itens adquiridos são considerados bens de consumo e deverão ser entregues na Escola Superior de Magistratura do Estado de Alagoas – Rua Cônego Machado, 1061, Farol, Maceió-AL, conforme disposto no item 10 do Termo de Referência– Anexo V ao Aviso de Dispensa Eletrônica.

7.1.3 Deverá anexar juntamente com a proposta, quando for o caso, Catálogo/ ficha técnica/ folder/ fotos que comprovem as características/composições determinadas neste termo;

7.1.4 Cabe ao fornecedor, quando do envio da proposta, indicar o código do material ofertado para que esta referência seja encontrada no catálogo do fabricante que deverá ser anexada a proposta.

7.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;

7.2.1 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimado para a contratação.

7.3 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

7.4 **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

7.4.1 conter vícios insanáveis;

7.4.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

7.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto ou da área especializada no objeto.

7.6 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste aviso.

## 8 . HABILITAÇÃO



- 8.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **Anexo I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 8.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificada eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.2.1 SICAF;
- 8.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- 8.2.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 8.2.4 Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 8.2.4.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);
- 8.2.4.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.3 A habilitação do fornecedor será realizada mediante consulta ao SICAF contendo os níveis cadastrados I, II e III válidos.
- 8.4 Havendo pendência nos níveis do SICAF, a Secretaria de Licitações e Contratos poderá solicitar, para fins de habilitação, cédula de identidade dos dirigentes/sócios, Certidões Negativas perante a Fazenda Federal, o FGTS, o INSS e de Débitos Trabalhistas, os atos constitutivos da empresa, tais como Registro Comercial da Firma, Certificado da Condição de Microempreendedor





PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

## DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

Individual, Estatuto arquivado na Junta Comercial e última ata de Eleição dos Administradores, registrada na Junta Comercial, Contrato Social e suas alterações, dentre outros.

- 8.5 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto 8.538/2015;
- 8.6 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste aviso;
- 8.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

### 9 . DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 Não se aplica à contratação.

### 10 . DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1 Não se aplica à contratação.

### 11 . DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 11.2 O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 11.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso

---

de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo consignado, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

11.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.3 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no item 15 do Termo de Referência.

11.4 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.5 **Prazo de pagamento:** Em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, em conformidade com item 18 do Termo de Referência.

## 12 . DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.133/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.



- 
- 12.3 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:
- 12.3.1 advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.3.2 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V, VII, IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021;
- 12.3.3 multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VI da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;
- 12.3.4 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato);
- 12.3.5 multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato);
- 12.3.6 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- 12.3.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 12.3.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;
- 12.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando solicitada.
- 12.5 Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF, sendo de responsabilidade do licitante o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros.
- 12.5.1 A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico do licitante, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio.
- 12.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.
-



### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 13.1 **No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:**
- 13.1.1 republicar o presente Aviso com uma nova data;
  - 13.1.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
    - 13.1.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
    - 13.1.2.2 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 13.2 As providências dos subitens 12.1.1. e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 13.3 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 13.4 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 13.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 13.6 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 13.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos

---

documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.9 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

13.10 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

13.11 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Dilair Lamenha  
Agente de Contratação  
**Portaria nº 1.342/2023**

Maceió, 04 de maio de 2026



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

---

## **ANEXO I**

### **DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação são os que constam dos subitens abaixo e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances, nos termos do art. 20 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de Julho de 2021.

#### **1. Habilitação jurídica:**

1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

1.3. Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida



**DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES**

---

Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

---

## ANEXO II

### DECLARAÇÕES

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
sediada \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a)  
Sr (a). \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_  
e do CPF nº \_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, **DECLARA:**

1. **QUE** atendo aos requisitos de Habilitação e respondo pela veracidade das informações prestadas;

2. **QUE** estou ciente e concordo com as condições contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3. **QUE** a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega;

4. **QUE** cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133/2021 (somente para licitantes organizados em cooperativas);

5. **QUE** até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação neste certame licitatório e que se encontra ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

---

6. **QUE** não possuo, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7. **QUE** cumpro do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos e

8. **QUE** não incido nas práticas de nepotismo vedadas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça números 156, de 8 de agosto de 2012, e 7, de 18 de outubro de 2005, com as alterações promovidas pela Resolução nº 229, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

9. **QUE** obedeço aos critérios de sustentabilidade, conforme Resolução CNJ nº 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário e o Guia das contratações Sustentáveis do TJAL, nos termos da Portaria.

10. **QUE** autorizo o tratamento de meus dados pessoais pelo TJAL para fins de participação no presente Pregão Eletrônico e eventual contratação dele decorrente, nos termos da Lei n.º 13.709/2018.

---

(local / data e assinatura do representante legal da empresa)

---

(local / data e assinatura do representante legal da empresa)





PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

---

### ANEXO III

#### MODELO DE PROPOSTA

#### Aviso de Dispensa Eletrônica nº 003/2026

Prezado Senhores,

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no edital em referência, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente.

Nossa **proposta** é **válida** por 90 (noventa) dias.

**Prazo de entrega:** O objeto instalado deverá ser entregue no prazo máximo de até 30 dias corridos contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo gestor do contrato, conforme item 9 do Termo de Referência – Anexo V ao Aviso de Dispensa Eletrônica.

**Prazo de vigência:** O presente contrato vigorará pelo prazo de com validade de 12 (doze) meses) a contar da sua assinatura, sem possibilidade de prorrogação, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, conforme item 15 do **Termo de Referência – Anexo V** ao Aviso de Dispensa Eletrônica.

**Prazo de pagamento:** Em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, em conformidade com este Edital.

**Local de entrega:** Os itens adquiridos são considerados bens de consumo e deverão ser entregues na Escola Superior de Magistratura do Estado de Alagoas – Rua Cônego Machado, 1061, Farol, Maceió-AL, conforme disposto no item 10 do Termo de Referência– Anexo V ao Aviso de Dispensa Eletrônica.



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

LOTE I

I

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTD 1º GRAU	QTD 2º GRAU	QTD TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	LÁPIS GRAFITE Nº 2B- Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
2	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO SEXTAVADO, EM MATERIAL TRANSPARENTE, COM OFÍCIO PARA ENTRADA DE AR NO CORPO DA CANETA - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	72	72		
3	BORRACHA ESCOLAR GRANDE COMUM COM CAPA PROTETORA Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
4	ESTOJO - Produzido em nylon (sugestão de cores neutras: preto, cinza, Marrom, azul, vermelho) Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
5	APONTADOR COM DEPÓSITO - Produzido com lâmina de aço temperado - Cor sortida.Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
6	RÉGUA - Produzida em acrílico, 30 cm. flexível.Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
7	BLOCO ADESIVO - 75 mm * 75mm - 100 Folhas.Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

**DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES**

8	LÂMINA INOXIDÁVEL - Cabo Plástico. Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
9	CADERNO 10M - Capa dura, estampas e cores variadas	0	36	36		
10	CADERNO 12 M - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
11	COLA ESCOLAR - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
12	MOCHILA DE COSTAS - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
13	ECOLÁPIS DE COR 24 CORES Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
14	ECOLÁPIS DE COR TONS DE PELE - 24 CORES - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
15	CANETA HIDROGRÁFICA 12 CORES - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
16	SQUEEZE - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
17	MARCA TEXTO AMARELO - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		
18	FITA CORRETIVA - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2025.107565	0	36	36		



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

LOTE II

I

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTD 1º GRAU	QTD 2º GRAU	QTD TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	LIVROS Clássicos da Literatura: O CORTIÇO, de Aluísio Azevedo- Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2026.102050.	0	12	12		
2	LIVROS Clássicos da Literatura: OS SERTÕES, de Euclides da Cunha - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2026.102050	0	12	12		
3	LIVROS Clássicos da Literatura: IRACEMA, de José de Alencar - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2026.102050	0	12	12		
4	LIVRO: EU SOU MALALA, Christina Lamb e Malala Yousafzai - Conforme Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2026.102050	0	36	36		

O valor global de nossa proposta é de R\$ \_\_\_\_\_( )

**OBS:.** Atentar-se às especificações dos produtos contidas no Anexo I do Termo de Referência – Anexo V ao Aviso de Dispensa Eletrônica.

<b>Dados da Empresa:</b>	
Razão Social	
CNPJ	
Endereço/ CEP	
Fones/ E-mail	
<b>DADOS BANCÁRIOS</b>	Banco:      Agência:      Conta Corrente:
<b>Dados do Representante da Empresa</b>	
Nome/CPF	
Fones/ E-mail	



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

---

Maceió, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Representante Legal da Empresa**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESCOLAR PARA A COMPOSIÇÃO DE KITS QUE SERÃO ENTREGUES COMO PREMIAÇÃO DO CONCURSO DE REDAÇÃO DO PJCE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA \_\_\_\_\_ E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS.**

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**, com sede na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, nº 319, Centro, Maceió/AL, inscrito no CNPJ sob o nº 12.473.062/001-08, neste ato representado pelo **Exmº. Desembargador Presidente Fábio José Bittencourt Araújo**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, doravante

denominada **CONTRATADA** e aqui representada por \_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_(qualificação), resolvem firmar o presente negócio jurídico, com fundamento na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e posteriores alterações, combinados com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no **Processo Administrativo nº 2026/102050**, celebrado na modalidade de Dispensa **Eletrônica nº 003/2026** identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 O objeto deste instrumento consiste na aquisição de material escolar para a composição de kits que serão entregues como premiação do concurso de redação do pjce, conforme proposta anexa e nos termos do Edital DE nº 003/2026 e seus anexos.
- 1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1 O Termo de Referência;
  - 1.2.2 A Proposta do CONTRATADO;
  - 1.2.3 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2 . CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

- 2.1 O valor mensal deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), perfazendo um valor total de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) conforme especificações constantes no Anexo I do Edital de DE nº 003/2026.  
OU
- 2.2 O valor total deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme especificações constantes no Anexo I do Edital de DE nº 003/2026.
- 2.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes,

taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 2.4 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### 3 . CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA

- 3.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados, registrados com o seguinte:

A) Unidade Orçamentária 02561 - FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE A... Programa de trabalho 02.061. 1010. 5234 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ES... Id. uso 0 - Não Destinado à Contrapartida Identificador Exercício Fonte 1 - Recursos do Exercício Corrente Fonte 759 - Recursos Vinculados a Fundos Marcador de Fonte 0000 - Sem marcador Tipo de Detalhamento de Fonte 0 - SEM DETALHAMENTO Detalhamento de Fonte 000000 - SEM DETALHAMENTO - (759.0000) Natureza 339030 - MATERIAL DE CONSUMO Região Planejamento 210 - TODO ESTADO Plano Orçamentário 000897 - Poder Judiciário - 2º Grau Emenda Parlamentar E0000 - Não definida Processo 2026-102050

- 3.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 4 . CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento definitivo do objeto da presente licitação, conforme Termo de Referência, anexo a este Contrato, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal eletrônica em formato normal/fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal contratual;

- 
- b) Certidão Negativa de Débito/CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/ Receita Federal;
- c) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas, emitido pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho; e
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- 4.2 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.
- 4.3 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem 4.1, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 4.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM=I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I=TX$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

365





PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

## DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

---

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### 5 . CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### 6 . CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

6.1 A Administração emitirá a(s) nota(s) de empenho especificando os serviços objeto deste instrumento pretendido e a(s) quantidade(s), entregando-a(s) ao(s) Fornecedor(es) ou remetendo-a(s) por *e-mail*.

6.2 Em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, os serviços objeto da presente licitação serão recebidos, mediante recibo, pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto legal, conforme estabelecido no Termo de Referência, que integra o presente Contrato como anexo.

6.2.1 Em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.3 Deverá ser observado o disposto no Anexo I do Termo de Referência – Anexo V do Edital.

### 7 . CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas

decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 7.1.1 Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições de habilitação exigidas para a contratação.
- 7.1.2 Apresentar à época da assinatura do contrato os seguintes documentos comprobatórios de regularidade: Certificado de Regularidade do FGTS – CRF-, da Caixa Econômica Federal; Certidão Negativa de Débito – CND -, do Instituto Nacional do Seguro Social; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, do Ministério da Fazenda e Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais, da Secretaria da Receita Federal, ou ainda, que tenha sua situação regular junto ao SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores.
- 7.1.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado, sem prévia anuência escrita da administração do Poder Judiciário;
- 7.1.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela administração de cada unidade, cujas reclamações se obrigam a atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da chamada;
- 7.1.5 Garantir pleno funcionamento dos equipamentos e softwares;
- 7.1.6 Realizar a entrega do objeto a ser contratado, conforme as especificações deste Termo de referência, observando-se fielmente os prazos fixados neste Projeto.
- 7.1.7 Prestar os serviços com a segurança e eficácia necessárias, observando as exigências técnicas contidas neste Termo.
- 7.1.8 A contratada arcará com todas as despesas necessárias ao atendimento das Ordens de Serviços, inclusive o transporte dos materiais ou quaisquer outros custos necessários para a execução do serviço.
- 7.1.9 Fornecer toda e qualquer ferramenta necessária ao bom desempenho do serviço.
- 7.1.10 Responsabilizar-se pelo controle dos materiais de consumo e ferramentas utilizados na execução dos serviços.
- 7.1.11 Não será permitido subcontratar, sob nenhum pretexto, os serviços objeto desta contratação.
- 7.1.12 Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas nas unidades judiciárias.

- 7.1.13 Providenciar, às suas expensas, cópias dos documentos que venham a ser necessários, não só para licitação e assinatura do contrato, como também para execução dos serviços.
- 7.1.14 Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção dos serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa.
- 7.1.15 A contratada corrigirá às suas expensas, no todo ou em parte, a execução dos serviços em que forem constatados imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.
- 7.1.16 Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, a empresa deverá efetuar todas as correções ou reparos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da Contratante.
- 7.1.17 Os funcionários da Contratada só terão acesso às dependências das unidades, devidamente fardados e portando crachá de identificação. O não cumprimento deste item constitui infração, podendo ser aplicadas as penalidades previstas contratualmente.
- 7.1.18 Garantir que somente funcionários treinados e qualificados estarão envolvidos com a prestação dos serviços.
- 7.1.19 Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos.
- 7.1.20 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e proposta exigidas no Termo de Referência.
- 7.1.21 O CONTRATADO obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.1.21.1 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 7.1.22 Cumprir fielmente as condições contidas no edital e seus anexos em especial aos aspectos contidos no item 12 do Termo de Referência – Anexo V do Edital.

- 7.1.23 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 7.1.24 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.25 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 7.1.26 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 7.1.27 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 7.1.28 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 7.1.29 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 7.1.30 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 7.1.31 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 7.1.32 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- 
- 7.1.33 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 7.1.34 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 7.1.35 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 7.1.36 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.37 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

## **8 . CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1 O CONTRATANTE obriga-se, além das disposições previstas no item 14 do Termo de Referência – Anexo V do Edital, a:
- 8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento,

---

quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Cientificar o órgão de representação judicial do Poder Judiciário para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11 A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9 . CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

- 9.1 A gestão e a fiscalização da presente contratação serão efetuadas conforme o estabelecido no Termo de Referência – Anexo V do Edital.

## **10 . CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

---

10.1 Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.133/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.3 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

10.3.1 advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.3.2 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V, VII, IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021;

10.3.3 multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VI da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;

10.3.4 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato);

10.3.5 multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato);

10.3.6 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo



---

prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.3.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

10.3.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

10.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando solicitada.

10.5 Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF, sendo de responsabilidade do licitante o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros.

10.5.1 A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico do licitante, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio.

10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.

## **11 . CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**





PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

---

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato. CONTRATOS POR ESCOPO.

11.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

11.2.1.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

11.2.1.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

11.3 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes. CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO.

11.3.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.3.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação

OU

11.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no

artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3 Indenizações e multas.

11.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.7 O CONTRATANTE poderá ainda:

11.7.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.7.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

## **12 . CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

12.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, improrrogáveis.

## **13 . CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES**



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

**DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES**

---

- 13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 13.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14 . CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

- 14.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**15 . CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**16 . CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 
- 16.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 16.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 16.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 16.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 16.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 16.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 16.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 16.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 16.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 16.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser

mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

## **17 . CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

## **18 . CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Diário de Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

## **19 . CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

---

19.1 É competente o foro da Comarca de Maceió (AL), para dirimir quaisquer litígios oriundos deste instrumento contratual.

## 20 . CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 O presente ajuste vincula-se ao instrumento convocatório e à proposta da Contratada.

20.2 A Contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

20.3 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

E, para firmeza e prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Maceió, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



PODER,  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

---

**ANEXO V**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo  <b>Gestão e Planejamento de Contratos</b>	Código	Folha nº
	<b>P.DGPC.XX.XX</b>	<b>1/4</b>

## TERMO DE REFERÊNCIA – 2026

**AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA PREMIAÇÃO DO CONCURSO DE REDAÇÃO - PJCE**

## IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

Unidade Requisitante*:	ESMAL	Processo*:	2026-102050
Servidor Requisitante*:	RAFAEL RIBEIRO DE ALBUQUERQUE	Mat. *:	93541

## CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

**1. OBJETO:**

- 1.1. O presente termo de referências tem por objetivo a aquisição de **MATERIAL ESCOLAR PARA A COMPOSIÇÃO DE KITS QUE SERÃO ENTREGUES COMO PREMIAÇÃO DO CONCURSO DE REDAÇÃO DO PJCE** conforme condições, quantidades, prazos e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra na categoria de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

**2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**

- 2.1. Conforme Anexo I deste termo de referências.

**3. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO:**

- 3.1. Sugere-se que a aquisição ocorra por meio de Dispensa de Licitação, de acordo com o art. 75º, XV, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor global estimado ficará abaixo do máximo permitido pela legislação.
- 3.2. Será selecionada a proposta que apresentar o Menor Valor Global.
- 3.3. Não será disponibilizada reserva legal de 25% para pequenas e médias empresas em virtude da natureza do serviço/itens que serão fornecidos ser incompatível com o fracionamento do objeto sem que ocorram riscos à economia de escala e aumento da demanda de trabalho da Administração com a possibilidade de assinatura de diversos contratos para um mesmo objeto.

**4. ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE DA PROPOSTA:**

- 4.1. A proposta/amostra deverá **obrigatoriamente** ser analisada pelos servidores indicados a Fiscal Técnico de Contrato e Fiscal Técnico Substituto de Contrato, conforme consta no Documento de Formalização de Demanda (DFD), **sendo a aprovação por estes condição para aceite da proposta.**

**5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

- 5.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme documento juntado ao processo administrativo de nº 2026-102050 sob o ID D2670966.
- 5.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA (2026) identificado pelo item de nº 196.

**6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

- 6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia de Compras Sustentáveis do TJAL e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
  - a) Sempre que possível, as aquisições de materiais de expediente oriundos da madeira (papel A4, lápis, post it, etc) devem observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT, utilizada pelo CERFLOR, ou com o padrão FSC;



Processo  <b>Gestão e Planejamento de Contratos</b>	Código	Folha nº
	<b>P.DGPC.XX.XX</b>	<b>2/4</b>

b) Itens derivados do papel (envelopes, pastas, etiquetas, cartões, etc) dar preferência para os reciclados, de acordo com a norma ABNT NBR 15755:2009;

c) Produtos de papel confeccionados em gráficas, tais como agendas, revistas, manuais, folders, panfletos, cartazes, relatórios, etc, observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT, utilizada pelo CERFLOR, ou com o padrão FSC e/ou dar preferência para os reciclados;

d) Os materiais feitos com plástico (canetas, pincéis, réguas, pastas, sacolas, caixas de almofadas de carimbo, apontador, caixas para arquivo etc.) deverão ser confeccionados, preferencialmente, no todo ou em parte, com plástico reciclado, atóxico e biodegradável;

e) Produtos à base de borracha, exigir laudo técnico emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, comprovando que o produto é fabricado em material atóxico e livre de PVC.

## 7. CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO:

7.1. Fornecimento em parcela única após autorização do Fiscal Técnico da contratação e envio de ordem de fornecimento pelo Gestor do Contrato.

## MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

## 8. ORDEM DE FORNECIMENTO:

8.1. A ordem de fornecimento será emitida pelo Gestor do Contrato e enviada juntamente com a respectiva nota de empenho ao e-mail informado pela Contratada.

## 9. PRAZO DE ENTREGA:

9.1. O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo gestor do contrato.

## 10. LOCAL DE ENTREGA:

10.1. Os itens adquiridos são considerados **bens de consumo** e deverão ser entregues na Escola Superior de Magistratura do Estado de Alagoas – Rua Cônego Machado, 1061, Farol, Maceió-AL.

10.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

11.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, ou seu respectivo substituto, conforme (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput)

Processo  <b>Gestão e Planejamento de Contratos</b>	Código	Folha nº
	<b>P.DGPC.XX.XX</b>	<b>3/4</b>

e Atos Normativos do TJAL nº 19/2023 e nº 20/2023.

## 12. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

### 12.1. Caberá à CONTRATADA:

- 12.1.1. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação, salvo ocorrência por força maior;
- 12.1.2. Responder pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração do Tribunal de Justiça de Alagoas ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução ou inexecução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas;
- 12.1.3. Comunicar ao fiscal/gestor do contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 12.1.4. Arcar com o pagamento das obrigações trabalhistas, comerciais, previdenciárias e tributárias decorrentes da contratação, sendo que o pessoal colocado à disposição dos serviços é de sua inteira responsabilidade, não cabendo transferi-la, em hipótese alguma, ao Tribunal de Justiça de Alagoas;
- 12.1.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificações técnicas exigidas pelo CONTRATANTE;
- 12.1.6. Apresentar faturas correspondentes aos valores contratados.

## 13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A classificação das infrações cometidas pela Contratada bem como as sanções administrativas aplicáveis a cada caso obedecerão ao disposto nos artigos 155 ao 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais legislações aplicáveis.

## 14. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

- 14.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor que será designado como Fiscal;
- 14.2. Manter nos locais de execução servidores do Arquivo Judiciário, em tempo integral, acompanhando os serviços e orientando quanto ao manuseio das caixas/documentos;
- 14.3. Efetuar o pagamento no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal;
- 14.4. Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes.

## 15. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

- 15.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, sem possibilidade de prorrogação, nos moldes do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

## 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 16.1. A dotação orçamentária será informada em momento posterior pela Unidade Financeira do TJAL.

## 17. RESERVA ORÇAMENTÁRIA E NOTA DE EMPENHO:

- 17.1. Deverá ser realizada reserva orçamentária e emitida nota de empenho no valor total da contratação, concomitantemente à assinatura do termo de dispensa de licitação.

Processo  <b>Gestão e Planejamento de Contratos</b>	Código	Folha nº
	<b>P.DGPC.XX.XX</b>	<b>4/4</b>

**18. PAGAMENTO:**

- 18.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados do atesto das notas fiscais realizado pelo fiscal do contrato.

**19. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

- 19.1. Sugere-se que a contratação objeto deste termo de referências ocorra mediante Dispensa de Licitação, conforme hipótese disciplinada pelo Inciso XV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

**20. DISPOSIÇÕES GERAIS:**


- 20.1. Será necessária a designação de um gestor de contratos e um gestor de contratos substituto lotados no Departamento de Gestão de Contratos - DGC;
- 20.2. Será necessária a designação de fiscal de contratos e fiscal de contratos substituto, lotados na unidade requisitante, conforme consta em Documento de Formalização de Demanda (DFD).

Maceió, 12 de fevereiro de 2026.

GILSON ANDRADE  
DO  
NASCIMENTO:93046

Assinado de forma digital por  
GILSON ANDRADE DO  
NASCIMENTO:93046  
Dados: 2026.02.12 08:35:31  
-03'00'

Assinatura

	<b>TERMO DE REFERÊNCIAS – COMPRAS – CONTRATO</b> <b>LEI 14.133/2021</b>			
	Processo	Código	Folha nº	
			<b>P.DGPC.XX.XX</b> <b>1/1</b>	

Gestão e Planejamento de Contratos

ANEXO I

LOTE I – MATERIAL ESCOLAR

Item	Classificação	Unidade	Especificação	Marca/Modelo	Qtd total	Qtd 1º grau	Qtd 2º grau	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Consumo	UNID.	LÁPIS GRAFITE nº 2B - Formato triangular, ergonômico e de madeira reflorestada.		36	0	36		
2	Consumo	UNID.	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO SEXTAVADO, EM MATERIAL TRANSPARENTE, COM ORIFÍCIO PARA ENTRADA DE AR NO CORPO DA CANETA, com distância aprox. de 6 cm da ponta superior e 8,3 cm da ponta inferior, ponta com biqueira plástica e esfera de tungstênio, com ponta média, fixação da carga por pressão, com dados do fabricante impressos na caixa. Com garantia mín. de um ano. Cores: azul e preta - 36 de cada cor.		72	0	72		
3	Consumo	UNID.	BORRACHA ESCOLAR GRANDE COMUM COM CAPA PROTETORA – Dimensões mínimas: 56mm x 33mm x 11mm.		36	0	36		
4	Consumo	UNID.	ESTOJO - Produzido em nylon (sugestão de cores neutras: preto, cinza, marrom, azul, vermelho).		36	0	36		
5	Consumo	UNID.	APONTADOR COM DEPÓSITO - Produzido com lâmina de aço temperado – Cor sortida.		36	0	36		
6	Consumo	UNID.	RÉGUA – produzida em acrílico, 30cm, flexível.		36	0	36		
7	Consumo	UNID.	BLOCO ADESIVO 75mm*75mm – 100 folhas.		36	0	36		
8	Consumo	UNID.	TESOURA ESCOLAR – Lâmina inoxidável - cabo plástico, dimensão mínima 13,5cm.		36	0	36		
9	Consumo	UNID.	CADERNO 10M - Capa dura, estampas e cores variadas.		36	0	36		
10	Consumo	UNID.	CADERNO 12M - Capa dura, estampas e cores variadas.		36	0	36		
11	Consumo	UNID.	COLA ESCOLAR - em bastão 21g.		36	0	36		
12	Consumo	UNID.	MOCHILA DE COSTAS - Produzida em poliéster com costas acolchoadas, forro interno com nylon (cores neutras: preto, azul, cinza).		36	0	36		
13	Consumo	UNID.	ECOLÁPIS DE COR 24 CORES - Produzidos com madeira 100% reflorestada.		36	0	36		
14	Consumo	UNID.	ECOLÁPIS DE COR TONS DE PELE – 24 CORES- Produzidos com madeira 100% reflorestada.		36	0	36		
15	Consumo	UNID.	CANETA HIDROGRÁFICA 12 CORES – Ponta média, de fibra, atóxica, lavável, estojo prático. Dimensões aproximadas: 10 x 120 x 175 cm (Comprimento x Largura x Altura).		36	0	36		
16	Consumo	UNID.	SQUEEZE - Produzida em aço inox, térmica, isolada a vácuo, 800ml.		36	0	36		
17	Consumo	UNID.	MARCA TEXTO AMARELO. Duas espessuras de traço.		36	0	36		
18	Consumo	UNID.	FITA CORRETIVA. Feita de pet reciclável. Comprimento mínimo 12m.		36	0	36		

LOTE II – LIVROS

Item	Classificação	Unidade	Especificação	Marca/Modelo	Qtd total	Qtd 1º grau	Qtd 2º grau	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
19	Consumo	UNID.	LIVROS Clássicos da Literatura: O CORTIÇO, de Aluísio Azevedo.		12	0	12		
20	Consumo	UNID.	LIVROS Clássicos da Literatura: OS SERTÕES, de Euclides da Cunha.		12	0	12		
21	Consumo	UNID.	LIVROS Clássicos da Literatura: IRACEMA, de José de Alencar.		12	0	12		
22	Consumo	UNID.	LIVRO: EU SOU MALALA, Christina Lamb e Malala Yousafzai.		36	0	36		